

Sem dúvida, a abertura da economia constituiu-se num bem e como Presidente da Abinee/Sinaees, tive e tenho a agradável satisfação de registrar o alto grau de compreensão dos associados da entidade, no sentido de enfrentar, no curto prazo, a importação de componentes de produtos com a atual proteção alfandegária e no futuro, a competição externa mediante um sistema tarifário de proteção cadente que terminará em 1994. Aliás, as nossas entidades se propuseram a fazer um trabalho que está sendo realizado, no sentido de, ao analisar as cadeias produtivas do setor elétrico e eletrônico, tomar a iniciativa de propor um programa onde constará, explicitamente, uma proposta de tarifas decrescentes ao longo dos próximos quatro anos.

O objetivo desse trabalho é poder discutir com o Governo, uma posição adulta à nossa proposta com a proposta emanada do Executivo.

Se essa visão da abertura econômica, não trouxe preocupação maior a não ser tirar de nossos arquivos, palavras de alto significado como produtividade, eficiência, eficácia e análise de valor pois não tinham sentido numa economia desorganizada, com taxas de inflação de 84% ao mês.

Continuamos isso sim preocupados com os insumos que embasam a nossa produção industrial.

Desde janeiro de 89, vimos acompanhando, mês a mês, custo de vida, inflação, salários, dólar, preços de nossos produtos e também e, principalmente, a evolução dos preços de metais ferrosos, não ferrosos, químicos, petroquímicos, vidro, papel, madeira, etc., etc..

Essa análise comparativa, mostrou-nos nos últimos 18 meses, uma incompatibilidade ou inconsistência entre as variações, desses preços acima enumerados ou con-

traposição com os índices indicados.

Sempre dissemos às autoridades governamentais, desde o governo passado, que componentes dos produtos eletroeletrônicos têm seus preços formados através da transferência de custos dos insumos que os compõem; somos meros repassadores de custos, consequência final e não causa de uma cadeia produtiva que se inicia em insumos básicos.

O Governo atual, responsável pela abertura da economia, tem estado atento aos preços, sua evolução e sua história comparando-os sempre àqueles produzidos no exterior.

A despeito de que a comparação tem aspectos de injustiça (pois os preços internacionais são aqueles praticados nos países ricos, onde a renda per capita é dez vezes maior do que a nossa) no mínimo, vale como referência ou até como conceito básico para definir a abertura econômica como uma rua de duas mãos: exporta-se e importa-se a preço internacional.

Nesta análise comparativa, o que se notava e ainda se nota, é que os preços de muitos insumos básicos brasileiros são maiores que os praticados lá fora.

A atitude governamental, ao longo dos últimos dois meses, tem sido de desgravar as tarifas de importação e ainda, na última semana, isto aconteceu de uma forma mais abrangente, atingindo produtos oriundos de oligopólios, monopólios ou cartéis.

Espero que esta abertura, permita uma agilização dos setores atingidos, na busca de redução dos seus custos, buscando pela análise do valor, não só fatores endógenos, como também exógenos que interferem na formação de seus preços; transporte por exemplo; custos portuários por exemplo.

A amplitude da ação do Gover-

no deverá ser um caminho sem volta, pode esbarrar num sério problema, uma equação complicada onde a indefinição ainda existente com relação a renegociação da nossa dívida externa e as reservas cambiais relativamente baixas podem constituir-se num fator a dificultar a fluidez das relações exportação versus importação.

O conflito se originou na taxa de câmbio defasada para as exportações e manufaturados de cadeia produtiva longa, limitando-se, consequentemente; alternativamente as importações estarão favorecidas.

Coincidentemente (e talvez casualmente) notamos que após o início dessa "Guerra" do Governo contra os preços considerados abusivos (referidos como originários de oligopólios, monopólios e cartéis), o FMI revê (pelo que se depende da leitura do noticiário) e posição que havia assumido a pouco mais de quatro semanas com o Presidente do Banco Central da qual aliás nasceu a carta de intenções.

O fato novo, a nosso ver traduz-se numa imposição orquestrada dos bancos privados junto ao Fundo Monetário, o qual por sua vez exige para o acordo, pagamentos expressivos de atrasados (especialmente juros), ... o que significará usar as reservas cambiais ... consequentemente reduzi-lo ... o que significa pôr em risco a liberalidade das importações ... que na prática transforma a abertura econômica numa intenção sem resultados.

Será lamentável se isto acontecer, daí porque espero que não sejam estes os obstáculos que se antepõem ao programa amplo, que está sendo empreendido pelo Governo Collor de Mello.

□ Paulo Velinho é presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee)